



RESENHA CRÍTICA:

Dornelles, Leni Vieira. *Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber*. Porto Alegre: Vozes, 2005.

Cuidado! Infâncias a bordo

Norma Marzola e Lúcia Medeiros

Que o leitor não se engane com as tênues cores da capa e a breve extensão dessa obra; que não suponha uma leitura ligeira, de retórica fácil ou facilitadora frente à quantidade enorme de intrigantes títulos publicados sobre o tema. Nele, a leveza, a saudável leveza, são sutilezas estratégicas. O texto cumpre o que promete o título e vai além, ao oferecer uma compreensão densa e sofisticada do processo de formação do pensamento ocidental dos nossos regimes de infância. Mas, para muito além disso, essa compreensão remete a um sólido programa de estudos pós-estruturalistas, ao introduzir incomum clareza e objetividade.

Ordinariamente, num primeiro momento, os desdobramentos da recepção do pós-estruturalismo, entre nós, produziram textos que transpareceram fusões filológicas equivocadas, ensaios rarefeitos e “contusões” metodológicas comuns e necessárias em entendimentos iniciais. São os ônus dos contatos de primeiro grau.

O texto de Leni Vieira Dornelles, definitivamente, nos envia para um segundo momento, marcado pela clareza didática da metodologia arqueo-genealógica, manejada contra um cânone histórico produtor de determinada infância. Isto e mais o seu rigor teórico dão coerência e continuidade à análise da atual agenda sobre o tema.

Constitui-se, assim, numa singular problematização filosófica, ao positivar um outro modo da leitura dos textos da tradição e das representações contemporâneas sobre infâncias. E isso tudo, na melhor tradição pedagógica da pesquisa acadêmica.

Longe de qualquer visão dualista ou dicotômica, as duas partes que compõem o livro se imbricam numa espécie de geografia de fluxo, na busca de uma certa inflexão. Na primeira parte, o texto oferece, ao estudante, um trânsito seguro por categorias de difícil acesso e, ao estudioso de obstinada curiosidade, uma possibilidade de efeitos não usuais. Na segunda parte, o texto se abre também para a análise de outras possibilidades em relação ao governo da infância constituída na modernidade. Lá se adivinha a presença de infâncias que nos escapam, embora submetidas, elas também, a uma idéia hegemônica de infância, que funciona como um dispositivo de governamentalidade a governá-las e a governar os outros, os não infantis, numa reversibilidade própria das redes.

Assim, a centralidade da noção foucaultiana de *governamentalidade* organiza todo o livro, evidenciando, inicialmente, como se constituíram os dispositivos de poder desenvolvidos em territórios europeus, a partir do século XVI, no sentido de disciplinar e possibilitar o governo da vida das populações e de cada um em particular. Estabelece-se aí um campo de problematizações, procedendo a um cruzamento permanente entre os domínios da política e da ética.

A autora tira partido das noções de *governamentalidade* e de *tecnologias do eu*, ou ainda, de *cuidado de si*, conjugadas de maneira a relacionarem-se e atualizarem-se mutuamente, a fim de dar visibilidade às coordenadas sobre as quais a modernidade vai estabelecer práticas para a produção de uma determinada forma de *subjetivação*.

A “governamentalidade” e as “tecnologias do eu” são, aí, um misto de arte e tecnologia que inauguram um aparato de intenção totalizante e, portanto, econômico, das relações de poder. Esse aparato garante e torna explícita a operacionalidade de um tipo de governo, tanto na perspectiva micro ou tática – quando individualiza e disciplina o sujeito de determinado modo – quanto macro ou estratégica – quando organiza e regula populações a partir da produção de determinada forma de poder-saber. É como se as dinâmicas da individualização e da totalização correspondessem a um só processo, daí a economia. E é como se a individualidade se estabelecesse, enquanto subjetividade, como um problema de relações.

Usando as ferramentas de Foucault, mostra como, no apogeu da sociedade governamental ou disciplinar, no século XIX, aparece um determinado *regime dietético e ético* de relações de poder, relacionado à soberania do Estado. E, lançando mão de estudos históricos sobre o surgimento da infância como um segmento da população, mostra como essa configuração de disciplinamento bio-político se sofisticou, e suas correspondentes operações de poder-saber tornaram-se mais complexas, de modo a estabelecer um dispositivo eficiente e eficaz para o governo das nações, ao mesmo tempo em que disponibilizaram critérios e normas para o desejo de aperfeiçoamento ético individual (“cuidado de si”). Daí a arte e a técnica na constituição heterogênea de autoridades, instituições e agências, produzindo e utilizando formas de conhecimento (científico)

destinadas a avaliar e a gerir a saúde, a educação, os costumes e os hábitos da população, a partir dos princípios de uma economia que se tornou, irredutivelmente, política, como bem apontou Marx.

Quando opera o dispositivo de governamentalidade em relação às infâncias, a autora não está metaforizando o significado cunhado por Foucault. Ao contrário, está colocando as infâncias numa posição central e estratégica, tomando-as como lugar privilegiado de um dispositivo disciplinar capaz daquelas operações de poder-saber que estabelecem critérios e normas singulares, para uma “correta” formação de determinados sujeitos infantis. Ainda que estes sejam, na atualidade, outros modos de ser infantil – infância ninja e *cyber-infância* –, que parecem insistir em escapar (ao nosso governo) e dos quais, por isso mesmo, preferimos escapar e mal dizer. Isso porque outras linhas de fuga fazem aparecer outros modos de governamentalidade. Não mais de caráter disciplinar, mas, já agora, de controle.

O texto de Dornelles pode, então, ser compreendido como um indicativo a respeito da configuração atual do cenário da infância na academia brasileira, onde o debate sobre o tema apresenta-se despudoradamente aberto a inúmeras possibilidades de entendimentos que, com rigor e objetividade, produzem um infundável cortejo de efeitos.

Além disso, se é verdade que a violência do deslumbramento dos “pioneirismos”, própria de uma “fase infantil”, está definitivamente superada em nossos departamentos de educação, essa obra ajuda a estabelecer um outro ritmo, que privilegia a acuidade e que é bem mais apropriado, aos processos de recepção. Ao evidenciar que certa originalidade dessa “fase infantil” foi conservada, reafirma, ao mesmo tempo, a pesquisa universitária brasileira, de viés pós-estruturalista, em educação. E faz isso não apenas pela perspectiva que adota, mas ao desenvolver uma maior sensibilidade para o rigor da pesquisa e seu compromisso pedagógico. Aos poucos, a euforia da descoberta de novas tradições de pensamento depõe suas armas. Escapa, finalmente, de sua infância. Todos nós celebramos.

Norma Marzola é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço para correspondência:

nrmarzola@terra.com.br

Lúcia Medeiros é doutora em educação pelo Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

lchm@terra.com.br